

O CONHECIMENTO DA VERDADE NA FILOSOFIA CLÁSSICA GREGA

THE KNOWLEDGE OF TRUTH IN CLASSICAL GREEK PHILOSOPHY

Maurício Pires Guedes
Universidade Católica de Petrópolis
mauricio.guedes@ucp.br

Received: 12/08/21

Accepted: 12/14/21

Published: 12/15/21

Resumo: O estudo do que é a verdade e o que é o conhecimento verdadeiro constituem a base para o surgimento da filosofia clássica, iniciando este debate no período que antecede a filosofia socrática e culminando com a síntese realizada por Aristóteles. Partindo desta perspectiva e destas bases, é possível afirmar que a teoria do conhecimento surge com a superação mitológica levada a efeito pelos pré-socráticos, na medida em que o intelecto, considerado a partir das sensações e dos sentidos nesse primeiro momento, passa ser a referência para a explicação da realidade e das coisas que existem no mundo. Tal concepção será profundamente questionada a partir de Platão e a dualidade por ele estabelecida entre o mundo sensível e o mundo inteligível. Será Aristóteles, no entanto, o primeiro grande filósofo a realizar uma análise retrospectiva destas teorias, na medida em que, ao afastar, por um lado, os sentidos como instrumento essencial para a compreensão da realidade e da essência das coisas, e, por outro, a dualidade entre o mundo sensível e o mundo inteligível enquanto realidades distintas que não se comunicam objetivamente, a filosofia aristotélica insere a empiria e a experiência como instrumentos fundamentais para o acesso aos primeiros princípios, ambas realidades passando a ser relacionadas, e, por isso, fundamentais para aquele que se lança ao estudo da filosofia e a compreensão do verdadeiro conhecimento.

Palavras-chave: Teoria do conhecimento. Verdade. Filosofia pré-socrática. Platão. Aristóteles.

Abstract: The study of what is truth and what is true knowledge constitute the basis for the emergence of classical philosophy, beginning this debate in the period before Socratic philosophy and culminating with the synthesis by Aristotle. From this perspective and these bases, it is possible to state that the theory of knowledge emerges with the overcoming of mythology by the pre-Socratics, insofar as the intellect, considered from sensations and senses in that first moment, becomes the reference for the explanation of reality and of the things that exist in the world. This conception will be deeply questioned after Plato and the duality he established between the sensible world and the intelligible world. It will be Aristotle, however, the first great philosopher to carry out a retrospective analysis of these theories, insofar as, on the one hand, he dismisses the senses as an essential instrument for understanding reality and the essence of things, and, on the other, the duality between the sensible world and the intelligible world as distinct realities that do not communicate objectively, Aristotelian philosophy inserts empiricism and experience as fundamental instruments for access to first principles, both realities becoming related and, therefore, fundamental to the one who launches himself to the study of philosophy and the understanding of true knowledge.

Keywords: Theory of knowledge. Truth. Pre-Socratic philosophy. Plato. Aristotle.

1. Introdução

Que é verdade? Como atingi-la? Existe uma essência das coisas que está para além dos nossos sentidos? Tais questionamentos foram fundamentais para o desenvolvimento da filosofia grega, aqui compreendida aquela que se desenvolve na Ásia menor a partir do século VI a.C. e, de certa maneira, impactam definitivamente no estudo da filosofia até os dias de hoje.

Com efeito, o conceito de verdade, tal como ensina LLANO (2004, p.31), “surge para referir o ente a um termo que é justamente o intelecto. No entanto, ainda podemos nos perguntar: em razão de que é possível referir o transcendental a um termo tão preciso como o entendimento? Justamente porque a *inteligência também é, ao seu modo, transcendental.*” (itálico no original)

A compreensão desta afirmação, de cunho manifestamente aristotélico, passa pela fato de que a teoria do conhecimento ou gnosiologia tem por objeto “enquadrar o conjunto de questões relativas à posse do ser pelo *conhecimento*, ou seja, à *metafísica da verdade*” (Ibidem, p.23), o que significa, em outras palavras, que o estudo do conhecimento dos objetos não pode ser confundido com a teoria dos objetos em si mesmos conhecidos.

Nesse sentido, esclarece MORENTE:

Desde já, dizemos que a filosofia é o estudo de tudo aquilo que é objeto de conhecimento universal e totalitário. Pois bem: de conformidade com isto, a filosofia poderá dividir-se em dois grandes capítulos, em duas grandes ciências: um primeiro capítulo ou zona, que chamaremos ontologia, na qual a filosofia será o estudo dos objetos, todos os objetos, qualquer objeto, seja qual for; e outro segundo capítulo, no qual a filosofia será o estudo do conhecimento dos objetos. De que conhecimento? De todo o conhecimento, de qualquer conhecimento. Teremos, assim, uma divisão da filosofia em duas partes: primeiro, **ontologia** ou teoria dos objetos conhecidos e cognoscíveis; segundo, a **gnoseologia** (palavra grega que vem de **gnósis**, que significa sapiência, saber), que será o estudo do conhecimento dos objetos. Distinguindo entre o objeto e o conhecimento dele, teremos estes dois grandes capítulos da filosofia. (1980, p.31-32, negrito no original)

Partindo desta perspectiva e destas bases, pode ser afirmado que a teoria do conhecimento surge com a superação mitológica levada a efeito pelos pré-socráticos, na medida em que o intelecto, considerado a partir das sensações nesse primeiro momento, passa ser a referência para a explicação da realidade e das coisas que existem no mundo.

Tal concepção será profundamente marcada a partir de Platão e a dualidade por ele estabelecida entre o mundo sensível e o mundo inteligível, na medida em que ascensão ao conhecimento verdadeiro passa a pressupor a superação da opinião (*doxa*) pela ciência (*episteme*), o que implica na absoluta valorização do mundo inteligível em detrimento do mundo sensível.

Será Aristóteles, no entanto, o primeiro grande filósofo a realizar uma análise retrospectiva destas teorias pré-socráticas e platônica, marcando, com a criação da metafísica a partir de quatro conceitos distintos – ciência das primeiras causas, o estudo do ser enquanto ser, teoria da substância e a ciência de Deus –, o pensamento filosófico ocidental.

O trabalho será dividido em três partes, a primeira tem o objetivo de expor as circunstâncias em que o pensamento pré-socrático surge a partir do século VI a.C. enquanto superação do debate mitológico e, em igual sentido, a importância da abstração enquanto pressuposto para o uso adequado da razão.

A segunda parte será destinada a análise da teoria do conhecimento em Platão, onde será analisada de que forma a dualidade entre a física e a metafísica foi fundamental para o pensamento filosófico posterior, não sendo inadequado afirmar que tal distinção ainda constitui pressuposto para uma série de debates realizados nos dias de hoje.

Por fim, a terceira parte do trabalho será dedicada ao pensamento de Aristóteles enquanto síntese dos pensamentos filosóficos anteriores, na medida em que, embora defendendo a existência da metafísica enquanto instrumento para acesso ao mundo inteligível em contraposição aos pré-socráticos, será ele também crítico a filosofia platônica de que as ideias não podem ser causa da existência nem causa do conhecimento das coisas sensíveis, argumentando que a essência do que existe deve estar nas coisas em si e não fora delas.

A pesquisa emprega o método dedutivo, tendo como fonte primária e marco teórico o livro *Metafísica*¹ de Aristóteles, já que será nesta obra que o referido autor buscará fazer uma revisão crítica das teorias filosóficas então existentes, especialmente a pré-socrática e a platônica, como pressuposto para o desenvolvimento de sua própria teoria.

Tal estudo se justifica em razão da importância deste debate não só para o surgimento da filosofia clássica grega, conforme visto acima, mas também, e sobretudo, por constituir tal

¹ Constitui o livro “Metafísica” de uma série de escritos organizados em um conjunto de quatorze livros após a morte do Aristóteles por Andrônico de Rodes, devendo ser destacado que o termo “metafísica” não foi explicitamente empregado por Aristóteles.

questão o alicerce necessário para a compreensão de inúmeros debates que, ainda hoje, permeiam o estudo da filosofia antiga, medievá, moderna e contemporânea.

2. A filosofia pré-socrática e a teoria do conhecimento

A filosofia surge na antiguidade com o propósito de explicar a realidade de todas as coisas, por intermédio da própria razão natural, a partir de uma justificação. Por isso a filosofia pode ser denominada “ciência das coisas” (JOLIVET, 1963) na medida em que seu objeto, notadamente quando de seu surgimento, pressupõe o conhecimento de tudo aquilo que se quer explicar.

Para além do conhecimento específico das causas e efeitos de determinadas habilidades práticas, denominado pelos gregos como τέχνη, téchnē, a capacidade humana de raciocinar é alçada pela filosofia como capaz de alcançar os primeiros princípios da vida, máxima unificação do saber que seria capaz de desvelar tudo aquilo que existe.

De fato, em detrimento das ciências particulares que buscavam verificar a verdade ou a falsidade de seus respectivos objetos dentro de seus específicos campos de conhecimento, a filosofia surgirá como instrumento de conhecimento de toda a realidade sem a exclusão de partes ou de fenômenos particulares, se tornando, portanto, capaz de justificar a existência de todas as coisas e tudo aquilo que o ser humano pode contemplar.

Nesse sentido, o ponto inaugural da filosofia grega, aqui compreendido aquele que antecede à transformação promovida por Sócrates – por isso denominado de pré-socrático –, se caracteriza por seu viés naturalista na medida em que a especulação sobre os primeiros princípios de todas as coisas se vincularia a natureza e ao mundo exterior.

A origem da vida e a explicação do mundo como um todo decorreria do resultado de um processo natural de um ou mais elementos que, constituindo uma matéria primordial em um estado primordial, caracterizada por sua imanência e força ativa, geraria a multiplicidade e a variedade de tudo aquilo que existe no mundo.

A terra, o fogo, a água e o ar foram alguns dos elementos que principiariam aquilo que pode ser objeto de contemplação pelo homem, constituindo, na visão dos seus respectivos autores, como pressuposto lógico para a totalidade daquilo que buscava ser conhecido e explicado.

Embora não seja objeto do presente artigo esmiuçar o entendimento e as bases de pensamento dos diversos autores deste período, não se pode perder de vista três pontos da filosofia pré-socrática que devem ser consideradas para a adequada compreensão do pensamento grego posterior.

Em primeiro lugar, conforme esclarece MARCONDES (2010), a compreensão da discussão realizada pelos pré-socráticos deve considerar que grande parte das obras conhecidas deste período chegaram pela via indireta até os dias contemporâneos, não só por terem se perdido na própria Antiguidade, mas também em razão do fato de que a filosofia por eles produzida era transmitida majoritariamente pela linguagem falada.

Este fato permitiu que a síntese destas ideias fosse comentada e citada em inúmeros debates posteriores, constituindo o arcabouço adequado e necessário para todo o pensamento grego posterior que surgiria a partir de Sócrates.

Em segundo lugar, para além da superação da tradição mitológica que este movimento realizará, cujo referência paradigmática de representação das coisas pode ser corporificada pela *Teogonia* de Hesíodo conhecida pela genealogia dos deuses gregos, a filosofia pré-socrática se caracterizará pela busca da explicação puramente racional da vida, a busca da verdade em seu sentido mais teórico e contemplativo na medida em que consubstanciada na busca da verdade em si mesmo, o que, assim como a característica anterior, marcará significativamente os debates que serão realizados posteriormente, especialmente a discussão que será travada entre os filósofos clássicos e o pensamento sofista.

Com efeito, em detrimento da imaginação e das aparências que marcaram aquilo que REALI denomina de “fantástico-poético-mitológico” (2012, p.43) e que caracteriza as sociedades teocráticas, a filosofia pré-socrática foi marcada pelo papel determinante dado à razão enquanto motivação lógica advinda do *lógos*.

Nesse sentido, importante destacar que embora a mitologia tivesse o papel de “socializar os que vivem em uma comunidade que é mantida unida, em grande parte, por tal função de agregação que ela proporciona”, conforme esclarece GHIRALDELLI (2003, p.4), certo é que a filosofia passa a cobrar explicações racionais de eventos e situações nos estreitos limites da razão, conforme informa MARITAIN:

Entretanto, uma coisa é certa: que a Filosofia é própria sabedoria, tal qual convém a natureza humana. Não é uma sabedoria em nós infundida de modo

sobrenatural, e que convém ao homem em virtude de uma luz sobre-humana; não é tampouco uma sabedoria espontânea e irrefletida (como, dentro de seus próprios limites, a prudência dos animais, ou, ainda, a sabedoria da gente simples), sabedoria que convém ao homem em virtude de um puro instinto de natureza. É a sabedoria do homem enquanto homem, a sabedoria que convém ao homem por efeito do labor da razão: e é por isso que se consegue esta sabedoria com tanto esforço e de modo tão precário e que as pessoas que pretendem adquiri-la devem chamar-se mais propriamente filósofos do que sábios. É esta noção que tanto a etimologia como a linguagem comum nos dão da Filosofia. Um filósofo é um homem humanamente sábio. E aquele que se tem na conta de filósofo obriga-se a fornecer aos homens as luzes humanas mais profundas sobre os grandes problemas que o preocupam. (1972, p.19-20)

Em outro sentido, importante destacar que a filosofia pré-socrática foi fundamental para o pensamento grego posterior ao estabelecer a abstração, ainda que não necessariamente por intermédio da metafísica, como pressuposto para o uso adequado da razão.

Monistas e pluralistas, intermediados por Parmênides – e a famosa revelação da deusa descrita no poema “Sobre a natureza” de que *o ser é e não pode não ser; o não ser não é e não pode ser de modo algum*² – debaterão sob às luzes da racionalidade se a matéria primordial, no estado primordial, princípio de todas as coisas, é constituída de substância homogênea ou heterogênea, ou ainda se o processo pelo qual tudo o que pode ser conhecido é fruto da transformação, combinação, união ou separação dos primeiros elementos que explicariam a existência do mundo.

Este caráter puramente teórico, denominado por muitos, por isso mesmo, de contemplativo, iria caracterizar a filosofia clássica, notadamente em contraposição ao movimento sofista, conforme mencionado acima, de ciência desinteressada, amor ao saber em si mesmo que marcaria, ao menos àqueles que observassem adequadamente o seu método, a libertação da ignorância.

De fato, não é possível deixar de que consignar que o surgimento a filosofia grega não deixará dúvidas desse desinteressado amor à verdade que dever permear o espírito da razão

² “Pois bem, dir-te-ei – e tu escuta minha palavra – quais as únicas vias de pesquisa que se podem pensar: uma *que (o ser) é e não é* possível que não seja – é o caminho da persuasão, porque vai direto à verdade – a outra *que (o ser) não é e é* necessário que não seja; e digo-te que esta é uma via fechada a toda pesquisa: de fato, não poderias conhecer o que não é, pois não é possível em o poderias exprimir.” (PARMÊNIDES *Apud* REALI, 2012, p.107, itálico no original)

filosófica, cuja originalidade, ainda que vinculado à explicação da natureza, já indica a superação do estado de coisas anterior. Nesse sentido esclarece IGLÉSIAS:

Entre todos os povos aparecem homens que se notabilizam por seu saber. Os gregos já tinham a memória de vários sábios ilustres quando, no século VI a.C., começaram a aparecer, nas colônias gregas da Jônia (Ásia Menor), os primeiros sábios de um tipo que a tradição posterior chamou de filósofos. Eles não foram, provavelmente, vistos por seus contemporâneos como sendo essencialmente diferentes de outros sábios. Eram homens de grande saber, teórico e prático, aos quais foram atribuídos feitos notáveis, como prever eclipses, medir a distância de navios no mar (Tales), traçar mapas da Terra, construir relógios de sol (Anaximandro). Alguns desses feitos dependeram de conhecimentos astronômicos e matemáticos adquiridos provavelmente junto a sábios babilônios e egípcios. Não é por conta disso, pois, que esses primeiros filósofos se distinguiram de outros sábios. Sua originalidade começa a aparecer melhor quando se consideram suas explicações sobre fenômenos naturais como a chuva, o raio, o trovão: suas descrições do cosmo; suas explicações sobre a origem do universo. É na comparação dessas suas explicações sobre o mundo natural como aquelas dadas pelos mitos e pelas crenças populares que nos damos conta da emergência de algo novo: o uso da especulação racional na tentativa de compreender a realidade que se manifesta aos homens. (2002, p.19)

Importante notar que, para além destes fatos, aliado a complexidade das diferentes teorias que podem, pelos motivos acima, serem denominadas de pré-socráticas, certo é que o surgimento da filosofia grega dentro desse espectro realiza importante guinada dentro do contexto da teoria do conhecimento, cujo marca, de forma indelével, constitui as bases do pensamento e da tradição filosófica ocidental.

Isso se torna evidente quando se observa, por exemplo, que importantes filósofos da antiguidade, tal como Aristóteles, buscaram rebater ao longo de suas obras a base do pensamento pré-socrático. Nesse sentido é possível verificar a menção ao pensamento pré-socrático e a autores como Tales de Mileto, Anaxímenes e Empédocles, dentre outros, em diversos textos, ainda que com a intenção de discutir, e eventualmente refutar, as bases deste pensamento:

O que primeiro filosofaram, em sua maioria, pensaram que os princípios de todas as coisas fossem exclusivamente materiais. De fato, eles afirmam que aquilo de que todos os seres são constituídos e aquilo de que originariamente derivam e aquilo em que por último se dissolvem é elemento e princípio dos seres, na medida em que é uma realidade que permanece idêntica mesmo na mudança de suas afecções. Por esta razão eles creem que nada se gere e nada se destrua, já que tal realidade sempre se conserva. Assim como não dizemos que Sócrates é gerado em sentido absoluto quando se torna belo ou músico, e não dizemos que perece quando perde esses modos de ser, porque o substrato – ou

seja, o próprio Sócrates – continua a existir, assim também devemos dizer que não se corrompe, sem sentido absoluto, nenhuma das outras coisas. De fato, deve haver alguma realidade natural (uma só ou mais de uma) da qual derivam todas as outras coisas, enquanto ela continua a existir sem mudança. Todavia, esses filósofos não são unânimes quanto ao número e à espécie desse princípio. (ARISTÓTELES, 2002, p.16-17)

Este fato, no entanto, conforme visto acima, não retira a relevância das bases da filosofia pré-socrática, cuja importância será plenamente verificada com os debates realizados pelos filósofos posteriores.

3. A filosofia platônica e a teoria do conhecimento

Se a especulação racional da filosofia surgiu com a busca pela explicação do mundo natural pelos pré-socráticos, o que leva alguns autores a qualificá-los como “físicos”, certo é que esta ordem natural das coisas passará por uma profunda alteração paradigmática a partir de Platão.

Para Platão, o conhecimento da causa verdadeira, princípio primeiro da vida e de tudo aquilo que existe, não poderia ser alcançada simplesmente por intermédio da dimensão do mundo sensível, mas a partir do mundo inteligível cujo acesso habilitaria a transposição para o plano metafísico.

Com efeito, a inteligência e os elementos físicos não são suficientes na filosofia platônica para conduzir ao conhecimento da causa verdadeira e primeira, na medida em que as sensações e os sentidos, segundo o referido autor, não seriam suficientes para alcançar a real essência das coisas.

Em Fédon, obra com passagens que REALI (2014) denomina de “magna charta da metafísica ocidental”, Platão busca explorar e demonstrar racionalmente a existência de uma realidade suprassensível e transcendente que transbordaria a mera perspectiva pré-socrática, inaugurando com tal análise, de fato, as bases da filosofia clássica grega.

Na referida obra Platão apresenta, na boca de Sócrates, os fundamentos e alicerces desta nova concepção do acesso à verdade e a essência das coisas da seguinte forma:

Sócrates então disse: “Depois disso, como estivesse cansado de investigar as coisas dessa maneira, pareceu-me que deveria ficar atento para que não me acontecesse o que acontece aos que contemplam e observam o sol durante um

eclipse, pois alguns estragam a vista se não contemplam e observam o sol durante um eclipse, pois alguns estragam a vista se não contemplam a sua imagem na água ou algo semelhante. Pensei nisso e temi que também minha alma se tornasse completamente cega se olhasse as coisas com os olhos ou procurasse tocá-las com cada um dos outros sentidos. Pareceu-me então que deveria *refugiar-me nos pensamentos e nele considerar a verdade das coisas*. Talvez a comparação que fiz não seja perfeitamente exata, pois que não admito que quem considera as coisas nos pensamentos as considere em imagens mais do que aquele que as considera nas experiências. Em todo caso, foi nessa direção que me lancei e, cada vez, *tomando como hipótese a ideia que considero a mais sólida, considero verdadeiro o que concorda com ela, tanto com relação às causas como com relação a tudo mais; e o que não concorda julgo que não é verdadeiro*. (Apud Reali, 2014, p.53, itálico no original)

Interessante notar o paralelo que Platão busca apresentar na passagem transcrita acima ao refutar o conhecimento sensível como sendo o verdadeiro, oposição paradigmática ao método estabelecido pelos pré-socráticos na medida em que desloca exclusivamente para a razão, a partir da metafísica, o caminho para o acesso à verdade de todas as coisas.

Com efeito, o pensamento platônico resulta da síntese de dois princípios opostos, quais sejam, as ideias por um lado, e a matéria, de outro, dividindo o mundo entre o ser (ideia/forma) e o não-ser (matéria).

A matéria seria de base sempre igual, organizada em formas distintas, de modo que por intermédio da matéria platônica seria determinado o substrato que compõe o todo, o que, em última instância, é a própria coisa.

A forma, em outro sentido, se desenvolve a partir da organização da matéria, constituindo, nesse espectro, a essência das coisas de natureza inteligível de tudo aquilo que existe no mundo. Cada coisa que pode ser encontrada no mundo sensível tem sua respectiva forma no mundo inteligível, de modo que “o mundo das idéias está cheio de idéias, porém cada idéia é uma unidade absolutamente indestrutível, imóvel, imutável, intemporal, eterna” (MORENTE, p.89). A analogia é clara, conforme esclarecer REALI:

O salto fundamental de Platão tornou-se possível por meio da “segunda navegação”: as formas ou Ideias platônicas são o originário qualitativo imaterial, são realidade de caráter não física, mas metafísico. [...] Portanto a analogia é clara: as coisas que captamos com os olhos do corpo são formas físicas; as coisas que captamos com o “olho da alma” são, ao contrário, formas não-físicas: o ver da inteligência capta formas inteligíveis que são, exatamente, essências puras. (2014, p.63, itálico no original)

“*Segunda navegação*” é uma expressão utilizada por REALI para caracterizar o método metafísico em contraposição ao método utilizado pelos filósofos pré-socráticos. Expressão retirada da linguagem dos marinheiros, a “*segunda navegação*” se caracteriza por ser aquela que é realizada com remos quando se fica sem ventos, se contraponto a “*primeira navegação*” que é aquela realizada com vela ao vento.

Conforme esclarece o referido autor:

A “*primeira navegação*”, feito com velas ao vento, corresponderia àquela levada a cabo seguindo os naturalistas e o seu método; a “*segunda navegação*”, feito com remos e sendo muito mais cansativa e exigente, *corresponde ao novo tipo de método*, que leva à conquista da esfera do suprassensível. As velas ao vento dos físicos eram *os sentidos e as sensações*, os remos da “*segunda navegação*” são *os raciocínios e os postulados*: justamente sobre eles se funda o novo método. (REALI, 2014, p.52-53, itálico no original)

O ponto fundamental para a compreensão da teoria do conhecimento de Platão pressupõe, portanto, o adequado entendimento da doutrina das ideias, não só de suas principais características, como também a sua relação com a escalada ao saber que sua teoria pretende sistematizar.

Nesse sentido, a partir das lições de REALI (2014, p.58), é possível afirmar que são características metafísico-ontológicas das ideias: a) a inteligibilidade; b) a incorporiedade; c) o ser no sentido pleno; d) a imutabilidade; e) a perseidade; e f) a unidade.

As ideias caracterizam-se por sua inteligibilidade na medida em que somente podem ser acessadas por intermédio do intelecto. Conforme esclarecido acima, o mundo das formas pressupõe o acesso da realidade por intermédio da inteligência e do raciocínio, em detrimento de qualquer dado do mundo sensível e da realidade a ela subjacente.

A incorporiedade decorre da inteligibilidade analisada acima. As ideias não pertencem ao mundo sensível, tampouco podem ser conhecidas a partir do mundo que conhecemos com nossos sentidos. As ideias se encontram em outra dimensão que somente pode ser alcançada pelo intelecto.

Já a característica do “ser no sentido pleno” diz respeito a identidade que há entre o ser e as ideias, o que significa afirmar que embora existam muitas ideias, cada qual representa o ser em seu sentido mais pleno. Com efeito, quer Platão com tal ponto demonstrar a distinção

entre o ser visível e cognoscível pelos sentidos em oposição ao ser inteligível e verdadeiro acessível apenas pelo raciocínio.

A imutabilidade, por sua vez, está atrelada ao fato de que as ideias não estão sujeitas a mudanças, na medida em que existem em si mesmo. Esta característica está intimamente vinculada a característica seguinte, a perseidade, que trata exatamente da objetividade que faz da ideia algo que exaure em si mesmo, não necessitando de nada que a venha completar.

Por fim a característica da unidade que, na filosofia platônica, é determinante para unificar a multiplicidade de tudo o que existe por intermédio da participação, este último termo extremamente importante na medida em que justifica a existência de todas as coisas.

De fato, o verdadeiro conhecimento em Platão consiste exatamente nesta unificação da multiplicidade, ou seja, em outras palavras, a capacidade de ver as coisas e delas captar aquilo que as torna única. Nesse sentido, interessante diálogo da *República* em que Platão busca explicar este ponto:

- Quem dizes que são, perguntou, os verdadeiros filósofos?
- Aqueles que amam contemplar a verdade, respondeu.
- É certo, disse: mas que queres dizer com isto?
- Dizê-lo a outro, respondi, não seria fácil; mas creio que concordarás comigo num ponto.
- Qual?
- Uma vez que o Belo é contrário ao Feio, eles são *dois*.
- Como são?
- Ora, sendo *dois*, cada um deles é *uno*.
- Isto também.
- E sobre o Justo e o Injusto, sobre o Bem e sobre o Mal, e sobre todas as outras Ideias deve-se dizer o mesmo, isto é, que *cada uma delas é una*; mas como aparecem sempre e em toda a parte em comunhão com ações e outras <Ideias>, cada uma *aparece múltipla*. (*apud* REALI, 2014, p.74, itálico no original)

O verdadeiro conhecimento na filosofia platônica, portanto, não está nas coisas apreendidas pelos sentidos e no mundo sensível, mas no desenvolvimento da inteligência e do raciocínio como instrumentos para alcançar a verdade em seu sentido mais profundo.

Para alcançar este verdadeiro conhecimento, conforme esclarece a *República*, o filósofo deve compreender a distinção de duas formas de conhecimento. A mais baixa é a *doxa* (δόξα) que, baseada nos objetos sensíveis, nos dá única e exclusivamente acesso a opinião sobre alguma coisa, mas não a sua essência, o seu verdadeiro ser.

Esta primeira forma de conhecimento, segundo Platão, pode ser dividida na *imaginação* e na *crença*, a primeira referindo-se às imagens apreendidas no mundo sensível, enquanto a segunda, por sua vez, vinculada a crença que colocamos nos próprios objetos sensíveis das coisas.

Não se pode perder de vista que com tal discussão busca refutar o movimento sofista em que, em uma frase de um de seus mais importantes expoentes, Protágoras, em que, sob o fundamento de que “o homem é a medida de todas”, relativiza não só a ideia da existência da verdade defendida na filosofia platônica mas, mais relevante do que isso, obsta a própria argumentação de que existiria alguma modo de alcançá-la.

Em contraposição a este primeiro, Platão introduz outro tipo mais relevante de conhecimento, a *episteme* (*ἐπιστήμη*), que pode ser traduzido por ciência ou conhecimento, este sim apto a acessar a verdade e a essência das coisas.

Assim como a *doxa* a *episteme* também poderia, dentro da filosofia platônica, ser verificada em dois graus distintos: em um primeiro nível o conhecimento matemático-geométrico e, em um segundo, o seu sentido mais puro e mais elevado a ser alcançado pelo filósofo, o mundo das ideias.

Estes conhecimentos mais elevados, por não poderem decorrer dos sentidos, cujo conhecimento, conforme visto acima, estão preso à ilusão, são apresentados por Platão como inatos em nossa alma, o que significa afirmar que antes de unir ao corpo, a alma já teria contemplado o mundo das ideias e, por isso, após o esforço que todo filósofo deve empreender, restabeleceria a intuição primitiva da verdade.

Em interessante representação gráfica do que buscamos descrever, a partir da famosa discussão da “linha dividida” realizada por Platão em *República*, PESSANHA (2002, p.61) assim apresenta a discussão quanto aos distintos graus do conhecimento:

três características distintas (BENSON, 2006): o uso de hipóteses para identificar se uma verdade é suficiente e adequada para uma determinada questão, de modo a determinar se a hipótese é ou não verdadeira; a inapelabilidade à experiência sensível, cujo fundamento já foi apresentado acima; e a necessidade de se confirmar as hipóteses utilizadas até que os primeiros princípios pudessem ser atingidos,

Bem compreendido este ponto e a importância da dialética enquanto instrumento viabilizador do acesso à metafísica, cumpre por fim destacar o sentido do Demiurgo dentro do pensamento de Platão, na medida em que fundamental para a materialização de tudo aquilo que existe no mundo das ideias.

Com efeito, o Demiurgo pode ser qualificado como a inteligência suprema que, a partir da ideia de Bem divino, realiza a unidade da multiplicidade conforme visto acima. É a inteligência produtora de tudo o que conhecemos do mundo sensível enquanto “imagem” da daquilo que existe na realidade metassensível e que somente pode ser alcançada pela metafísica.

Considerando a distinção entre a forma e a matéria realizada acima, e nas palavras de PANDOVANI e CASTAGNOLA, o “Demiurgo plasma o caos da matéria sobre o modelo das ideias eternas, introduzindo-lhe a alma, princípio de ordem e de vida.” (1962, p.88)

Fica claro, diante do acima, exposto, que indo muito além da física desenvolvida pelos pré-socráticos, Platão defenderá que o acesso à verdade e ao conhecimento verdadeiro somente poderá ser realizada pela dialética a partir do acesso ao mundo suprassensível, tarefa que somente pode ser efetivada pelo filósofo que se debruça sobre o pensamento metafísico.

4. A filosofia aristotélica e a teoria do conhecimento

A filosofia platônica vista acima será o ponto de partida para a discussão realizada por Aristóteles, seu principal discípulo, e se desenvolverá, conforme analisado no presente tópico, a partir da criação de uma teoria metafísica que: *i)* realiza uma crítica à teoria dos pré-socráticos, que concebia o primeiro princípio como corpóreo; *ii)* afasta a dualidade abissal existente entre o mundo sensível e as ideias suprassensíveis de Platão.

De fato, a teoria pré-socrática parte do pressuposto de que os sentidos constituiriam instrumento essencial para a efetiva compreensão da realidade, de modo que o exercício da razão,

a partir de uma matéria primordial em um estado primordial, seria suficiente para se alcançar os primeiros princípios da realidade.

A teoria das ideias de Platão, em outro sentido, se funda na distinção de um mundo sensível e um mundo inteligível, razão pela qual, existindo um Uno-Bem transcendente, seria possível alcançar os princípios que marcam a existência de toda a realidade. As ideias do mundo inteligível seriam a causa do mundo sensível, de modo que as ideias no mundo inteligível e as coisas do mundo sensível seriam coisas diferentes.

Aristóteles, por sua vez, embora rompendo com ambas visões, acaba por criar uma síntese das filosofias pré-socrática e platônica.

Isso porque, argumentando a existência do mundo suprassensível a partir da metafísica, Aristóteles criticará a filosofia pré-socrática por se preocupar em fundamentar o mundo sensível a partir da matéria sem tratar do mundo suprassensível, o que os impediria de alcançar os primeiros princípios da realidade.

Quanto a Platão, por sua vez, Aristóteles questionará a teoria das ideias por ele desenvolvida argumentando que tal pensamento filosófico se restringe a organizar e explicar o mundo inteligível em detrimento do mundo sensível, este último de suma importância, dentro de sua visão, para o efetivo acesso ao conhecimento verdadeiro.

A teoria do conhecimento em Aristóteles pressupõe o questionamento desta diferença entre o mundo inteligível e o mundo sensível apresentada por Platão com o argumento de que as ideias não poderiam ser causa da existência nem do conhecimento das coisas sensíveis, na medida em que a essência das coisas devem estar dentro e não fora delas.

De fato, além dos interesses puramente especulativos, Aristóteles tinha também interesse pelas ciências empíricas, tendo sido um dos primeiros estudiosos a classificar os seres vivos tal como hoje assim faz a zoologia, o que justifica a distinção das bases de sua obra com a de Platão.

Todas as críticas aristotélicas poderiam ser pensadas a partir da seguinte discussão: em lugar do princípio transcendente do Uno-Bem, seria preciso introduzir a ideia de Bem entendido como causa final de toda a realidade, de modo que em lugar das ideias transcendentais seria preciso introduzir as formas ou essências imanentes, entendendo-as como a estrutura inteligível de todo o real.

A realidade, aquela perceptível a partir dos sentidos, passa a constituir dentro desse contexto como elementos fundamental para acessar o mundo suprassensível, na medida em que importante instrumento para o exercício da metafísica. Esclarece Aristóteles sobre este tema:

Todos admitem que algumas coisas sensíveis são substância; portanto deveremos desenvolver a nossa pesquisa *partindo delas*. De fato, é de grande utilidade proceder gradualmente na direção daquilo que é mais cognoscível. Com efeito, todos adquirirão o saber desse modo: procedendo através das coisas que são menos cognoscíveis por natureza [= as coisas sensíveis] na direção das que são mais cognoscíveis por natureza [= as coisas inteligíveis]. (*apud* REALI, 2013, p.46, itálico no original)

O grande mundo das ideias de Platão, portanto, será superado pelo mundo da inteligência de Aristóteles, constituindo este mundo o primeiro motor do pensamento que pensa a si mesmo. Não se pode deixar de consignar que a empiria constitui, dentro desse contexto, apenas a porta de acesso ao mundo suprassensível do mundo aristotélico, sobre o qual a sua metafísica seria capaz de alcançar os primeiros princípios da verdade.

Não há em Aristóteles, no entanto, diferentemente da filosofia platônica, o dualismo entre o mundo sensível e o mundo inteligível tal como referido acima, na medida em que, para este autor, a análise do mundo suprassensível não pode ser realizada sem a referência do mundo sensível, sob pena de não se estabelecer, caso pensados isoladamente, qualquer relação entre eles.

Esta afirmação se faz necessária uma vez que, indo além do que alguns autores interpretaram de Aristóteles, a experiência sensível não pode ser considerada o objeto principal de sua filosofia, mas, ao contrário importante ferramenta para acessar o mundo inteligível cuja conexão estaria muito além da realidade advinda dos sentidos.

Tal fato faz do famoso quadro da Escola de Atenas de Rafael Sanzio, na visão de alguns autores, um retrato inadequado da filosofia aristotélica, na medida em que, conforme esclarece REALI, transfere para o mundo sensível algo que será encontrado única e exclusivamente no mundo inteligível:

Uma segunda diferença de fundo entre Platão e Aristóteles está no seguinte: Platão interessou-se pelas ciências matemática, mas não pelas ciências empíricas (com exceção da medicina), e, em geral, não teve nenhum interesse pelos fenômenos empíricos enquanto tais. Aristóteles, ao invés, teve grandíssimo interesse por quase todas as ciências empíricas (e escasso amor pelas matemáticas) e pelos fenômenos considerados enquanto tais, ou seja, como puros fenômenos, apaixonando-se também pela coleta e classificação de dados

empíricos, independentemente da sua consideração em função de categorias filosóficas. Mas, olhando bem, esse elemento, ausente em Platão e presente em Aristóteles, não deve levar a engano: ele só prova que Aristóteles, *além* de interesses puramente especulativos, tinha *também* interesse pelas ciências empíricas, pelas quais o mestre não se interessava. Portanto, esse elemento diferencia, de fato, mestre e discípulo, mas do ponto de vista *antropológico*, e não necessariamente do ponto de vista *especulativo*. Os doutos do Humanismo e do Renascimento (e muitos estudiosos modernos) incorreram nesse equívoco. O afresco da Escola de Atenas de Rafael oferece uma esplêndida representação visual dessa interpretação, pintando Platão com a mão apontada para o céu, o transcendente, e Aristóteles, ao invés, com a mão indicando a terra, a empírica e imanente esfera dos fenômenos. Na realidade, veremos ser verdade exatamente o contrário: Aristóteles, malgrado todo o amor que teve pelos fenômenos, não se cansou de repetir que, do ponto de vista especulativo, estes só se “salvam” com o metafenômico, isto é, se forem postos em relação com uma causa imaterial, imóvel e transcendente. (2013, p.23, *italico no original*)

O mundo sensível, portanto, fornece parcela do conhecimento necessário para avançar sobre outros modos de conhecimento, de modo que absolutamente adequado, para o efetivo conhecimento da realidade, compreender os distintos graus que levam à metafísica aristotélica.

Com efeito, partindo desses pressupostos, existe para Aristóteles um processo gradativo com distintos graus de conhecimento da verdade que, cumulativos e pressupostos, levam o conhecimento superficial e raso ao conhecimento mais profundo e verdadeiro.

Os estágios que Aristóteles apresenta são os seguintes: a sensação (*aisthesis*), a memória (*mnemósine*), a empiria (*empeiria*), a técnica/arte (*téchne*) e a teoria/ciência (*espisteme*), devendo ser destacado que este processo se desenvolve progressivamente, uma etapa pressupondo a anterior, de modo que, relacionados entre si, engendra a superação do mundo físico pelo mundo metafísico.

Nesse sentido o quadro apresentado por MARCONDE (2008, p.80)

sensação → memória → experiência → arte (técnica) → teoria/ciência

A sensação constitui o primeiro estágio dentro dessa perspectiva na medida em que os sentidos, dentro da visão aristotélica, constituem o acesso inicial ao intelecto. Os sentidos, no entanto, são insuficientes, na medida em que esgotam a realidade instantaneamente. Por isso, superando esta primeira etapa, surge a memória enquanto capacidade sensorial retida, o que

permite, em um segundo momento, a apropriação permanente das diferentes sensações que um determinado indivíduo – ou mesmo um animal, dentro da visão aristotélica –, tem contato.

A partir destes dados surge a empiria enquanto generalizações imprecisas pelo não conhecimento da relação entre a sua causa e seu efeito e que decorre da repetição de dados e informações sobre as quais é possível realizar associações e derivações.

Ultrapassando este estágio, e na empiria já se pode afirmar que o conhecimento é exclusivamente humano propriamente dito, se chega a arte ou técnica, que se caracteriza por generalizações precisas pelo conhecimento da causa. O conhecimento aqui não se caracteriza apenas por dados práticos, mas pela cognição de regras que produzem objetivamente determinados resultados específicos.

Por fim, no topo desta escalada do conhecimento aristotélico, há a ciência ou o conhecimento científico, caracterizado por sua abstratividade e generalidade que desvelam as leis e princípios primeiros em seu sentido mais elevado. A filosofia e a metafísica constituiriam, dentro dessa perspectiva, instrumento de acesso para este máximo conhecimento, “suprema ciência” que, nas palavras de MARCONDES, “examina a natureza do real em seu sentido mais abstrato e puro” (2010, p.82).

Por não se vincular a prática ou a empiria, a metafísica aristotélica – e aqui também se enquadra o pensamento platônico –, nasceria da admiração e do puro amor ao saber, por isso contemplativa, se aproximando da ciência divina.

O homem que faz metafísica, esclarece REALI, “aproxima-se de Deus, e nisso Aristóteles indicou a máxima felicidade do homem. Deus é feliz conhecimento e contemplando a si próprio; o homem é feliz conhecimento e contemplando os princípios supremos das coisas” (2013, p.31).

É por esse modo que o “ser” de Aristóteles o é em múltiplos sentidos, mas tendo sempre como referência uma determinada unidade vinculada a uma realidade específica. O “ser não é” como em Parmênides ou em Platão, o ser aristotélico é plurívoco. O ser exprime significados diversos, todos eles tendo uma precisa relação com um idêntico princípio ou uma idêntica realidade. O ser é tudo aquilo que, de múltiplos modos, se refere à substância do próprio ser.

Dentre os múltiplos significados do ser, importante abordar, para fins do presente estudo, o ser aristotélico significando ato ou potência. O ser em ato pode ser caracterizado por

aquilo que as coisas são enquanto são, enquanto o ser em potência, por sua vez, é identificado por aquilo que as coisas podem vir a ser. O ato é a forma plenamente realizada enquanto a potência é a disponibilidade para a forma.

A matéria, portanto, é potência, isto é, potencialidade no sentido de que é a capacidade de assumir ou receber a forma, enquanto o ato, por sua vez, tem absoluta prioridade e superioridade sobre a potência na medida em que o ato é condição, regra e fim da potencialidade.

O ser, portanto, é o ser composto, a concreta união de forma e matéria na medida em que na filosofia aristotélica não é possível existir apenas a essência se esta não se materializa na constituição das coisas. Daí a importância da relação entre o mundo físico e a metafísica, sem a qual, nas lições de LLANO, com transcrição de texto do próprio Aristóteles, não seria possível conhecer os primeiros princípios das coisas:

À metafísica compete tratar daquilo que afeta a todos os entes, e não somente a um determinado gênero da realidade, E se algum princípio da realidade é utilizado por todas as ciências, afeta a todos os tipos de entes. E este é o caso dos primeiros princípios que, portanto, devem ser considerados pela filosofia primeira. Naturalmente, em cada uma das ciências somente se usam estes princípios com a extensão própria dos objetos correspondentes; a própria metafísica é a única que os utiliza em toda a sua amplitude e os examina enquanto princípios. Assim Aristóteles expressou essa ideia: ‘Como é evidente que os primeiros princípios se aplicam a todas as coisas enquanto entes (pois a entidade é o que há em comum em todas as coisas), ao que conhece o ente enquanto ente corresponde também a consideração dos princípios. Precisamente por isso, nenhum do que cultivam as ciências particulares busca dizer algo a respeito da verdade ou falsidade desses princípios (...). Assim, pois, é próprio do filósofo, a quem compete a contemplação da natureza da entidade, estudar também os princípios da demonstração. É natural que quem mais sabe sobre cada gênero possa enunciar os princípios mais sólidos da coisa que estuda. Por conseguinte, também é natural que o sujeito que mais saiba sobre os entes enquanto entes possa enunciar os princípios mais sólidos de todas as coisas. E esta pessoa é o filósofo.’” (2004, p.88-89)

5. Conclusão

De tudo o que foi exposto, o que se observa, de fato, é que a busca pela verdade e pelo verdadeiro conhecimento filosófico, tal como foi possível observar da análise realizada no presente artigo, decorrem da superação do embasamento mitológico pelo determinante papel dado à razão enquanto motivação lógica advinda do *logos* pelos pré-socráticos, se caracterizando,

ainda que neste primeiro momento vinculada à natureza e ao mundo sensível, ao conhecimento de toda a realidade sem a exclusão de partes ou fenômenos particulares.

A partir da concepção inicial de que uma matéria primordial em um estado primordial seria suficiente para a criação de todas as coisas, terra, fogo, água e ar foram alguns dos elementos que principiariam tudo aquilo que pode ser objeto de contemplação pelo homem, constituindo, por transformação ou combinação, fundamento para a explicação da realidade sensível.

Ultrapassando esta primeira concepção física de explicação do mundo e da realidade estabelecida pelos pré-socráticos, surgirá em Platão a quebra deste paradigma, na medida em que a filosofia platônica se caracterizará pela exploração e demonstração racional da existência da realidade suprassensível e transcendente que transbordaria a mera perspectiva física, inaugurando com tal análise, a metafísica que marca, indelevelmente, filosofia clássica grega.

Conforme foi possível verificar na discussão apresentada por intermédio do presente estudo, a partir da dualidade estabelecida entre forma e matéria, Platão afirma que a verdade e a essência das coisas somente podem ser alcançadas pela análise racional do mundo inteligível, transcendendo aquilo que é captado pelos sentidos

Inteligibilidade, incorporiedade, plenitude, imutabilidade, perseidade e unidade foram as características analisadas da metafísica-ontológica do mundo das ideias apresentado por Platão, todas buscando demonstrar a distinção entre aquilo que é visível e cognoscível pelos sentidos em oposição ao ser inteligível e verdadeiro que seria acessível exclusivamente a partir da metafísica.

Compreendido este mundo das formas, foi analisada a relevante distinção da teoria platônica entre *doxa* e *episteme*, a primeira significando tudo aquilo que, baseado nos objetos sensíveis, nos fornece unicamente o acesso a opinião sobre as coisas e não a sua essência enquanto, em outro sentido, a *episteme* é compreendida como ciência capaz de conhecer a verdadeira essência das coisas permitindo, em última instância, o próprio acesso ao abstrato mundo das ideias.

Dentro da filosofia platônica foi analisada ainda a importância da dialética enquanto instrumento viabilizador do acesso à metafísica, na medida em que somente pela contraposição de ideias sobre determinada coisa seria possível alcançar a sua forma mais pura, sua essência.

Por fim, dentro do pensamento de Platão, buscamos compreender a figura do Demiurgo enquanto inteligência suprema que, a partir da ideia de Bem divino, é responsável por realizar a unidade da multiplicidade, produzindo tudo aquilo que conhecemos do mundo sensível enquanto “imagem” da realidade suprassensível.

A filosofia aristotélica sobre a teoria do conhecimento, por sua vez, tem como pressuposto a discussão realizada pelos pré-socráticos e por Platão e se caracteriza exatamente por uma síntese das referidas ideias na medida em que a realidade física passa a ser um importante instrumento para o acesso à metafísica.

Ao afastar, por um lado, os sentidos como instrumento essencial para a compreensão da realidade e da essência das coisas, e, por outro, a dualidade entre o mundo sensível e o mundo inteligível enquanto realidades distintas que não se comunicam objetivamente, Aristóteles insere a empiria e a experiência como instrumentos fundamentais para o acesso aos primeiros princípios, de modo que ambas realidades passam a ser relacionadas e, por isso, não podem ser desprezadas. Em uma frase, “[t]odos admitem que algumas coisas sensíveis são substância; portanto deveremos desenvolver a nossa pesquisa *partindo delas*” (ARISTÓTELES *apud* REALI, 2013, p.46, *itálico no original*)

Foram analisados ainda os diversos estágios de conhecimentos apresentados pela filosofia aristotélica que, cumulativos e pressupostos, levam o conhecimento mais superficial ao mais profundo e verdadeiro entendimento sobre a essência das coisas que conhecemos, os primeiros princípios da vida. A sensação, a memória, a empiria, a técnica/arte e a teoria/ciência constituem para Aristóteles a trilha e o caminho que filósofo deve perseguir e sem o qual não seria possível acessar o mundo inteligível pela metafísica.

Por fim foi analisada a importância da distinção ontológica do ser em ato ou potência, na medida em que o ser enquanto potência é identificado por aquilo que as coisas são enquanto são, enquanto o ser em potência é identificado por aquilo que as coisas podem vir a ser. Sob o ponto de vista da teoria do conhecimento tal distinção possibilita a explicação da mudança e da transformação das coisas, na medida em que o ser passa a ser compreendido como entidade composta, concreta união de forma e matéria.

Com efeito, retornando ao problema colocado inicial do que é verdade e como conhece-la, não é, nem de longe, nossa pretensão apresentar uma resposta definitiva a tal questão que tanta discussão gera e gerou ao longo de quase vinte séculos. Restou evidente, no entanto,

que distintas concepções surgiram no contexto do mundo grego e do pensamento helênico desde o século VI a.C., sendo o estudo da filosofia antiga, por sua riqueza de discussão e de detalhes, inequívoca pista que não pode ser desprezada na busca desta resposta.

Referências

- ARISTÓTELES. **Metafísica**. 2.ed. Ensaio introdutório, tradução do texto grego, sumário e comentários de Giovanni Reale. Tradução portuguesa Marcelo Perine. São Paulo. Edições Loyola. 2002.
- BENSON, Hugh H. **Platão**. Tradução de Marco Antonio de Ávila Zingano. Dados eletrônicos, Porto Alegre : Artmed, 2011.
- CHIRALDELLI JR. Paulo. **Introdução à filosofia**. Barueri: Manole, 2003.
- FARIA, Maria do Carmo Bettencourt de. O realismo aristotélico. In REZENDE, Antônio (org.). **Curso de filosofia**. 11.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 69-87.
- IGLÉSIAS, Mauro. Pré-socráticos: físicos e sofistas. In REZENDE, Antônio (org.). **Curso de filosofia**. 11.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 19-50.
- PESSANHA, José Américo Motta: Platão e as ideias. In REZENDE, Antônio (org.). **Curso de filosofia**. 11.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 51-68.
- REALI, Giovanni. **História da filosofia grega e romana: pré-socráticos e orfismo**, vol. I. Tradução de Marcelo Perine. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- _____. **História da filosofia grega e romana: Aristóteles**, vol. IV. Tradução de Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perini. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- _____. **História da filosofia grega e romana: Platão**, vol. III. Tradução de Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perini. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- JOLIVET, Régis. **Curso de filosofia**. Tradução de Eduardo Prado de Mendonça. 6 ed. Rio de Janeiro: Livraria agir editora, 1963.
- LLANO, Alejandro. **Gnosiologia realista**. Tradução de Fernando Marquezini. São Paulo: Instituto brasileiro de filosofia e ciência “Raimundo Lúlio”, 2004.
- MARCONDE, Danilo. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. 13. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.
- MARITAN, Jacques. **Introdução geral à filosofia: elementos de filosofia I**. Tradução de Ilza das Neves e Heloisa de Oliveira Penteadó. 10.ed., Rio de Janeiro: Livraria agir editora, 1972.
- MORENTE, Manuel Garcia. **Fundamentos de filosofia: lições preliminares**. Tradução de Guilherme de la Cruz Coronado. 8.Ed. São Paulo: Mestre Jou, 1980.
- PADOVANI, Humberto. CASTAGNOLA, Luís. **História da filosofia**. 5.ed., São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962.